



Recebido em 10 de fevereiro de 2015 / Aprovado em 22 de abril de 2015.

Editor Científico: Dr. Geysler Rogis Flor Bertolini

Processo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN: 2359-5876



<https://doi.org/10.5935/2359-5876.20150001>

POLÍTICA VERDE: NOVO PARADIGMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rafael Mattiello

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Brasil
Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil
Email: rafaelmattiello@hotmail.com

Loreni Teresinha Brandalise

Professora do Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Brasil
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil
E-mail: lorenibrandalise@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, por intermédio de levantamento bibliográfico, os principais conceitos e ideias que constituem o paradigma da 'política verde' nas Relações Internacionais. Este novo movimento vem, por meio de seus mais renomados autores, realizando incisivas críticas ao modelo capitalista utilitarista-reducionista vigente, ao mesmo tempo em que propõe uma revolução completa em todo o fazer humano, principalmente nas relações entre os seres humanos com a natureza devido a inquestionável crise socioambiental que assola a sociedade contemporânea. Neste sentido os "verdes" preconizam o ecocentrismo, ou seja, que existe uma clara necessidade de impor limites ao crescimento para não extrapolarmos a resiliência socioambiental da biosfera, que pode ser efetivada com uma gestão dos recursos naturais mais racionalizada em torno de uma agência internacional com competências eficazes para a manutenção da integridade da biosfera em longo prazo.

Palavras-chave: Política Verde, Ecodesenvolvimento, Sustentabilidade





ABSTRACT

This article aims to analyze the main concepts and ideas that constitute the paradigm of 'green politics' in International Relations. This new *démarche* comes through his most renowned authors, performing incisive criticism of the prevailing utilitarian- reductionist capitalist model, while proposing a complete revolution around the human do, especially in the relations between human beings with nature, due to the unquestionable social and environmental crisis that is plaguing the contemporary society. In this sense the "greens" advocate ecocentrism, namely that there is a clear need for limits to growth to not extrapolate the environmental resilience of the biosphere , which can be made with a more rationalized management of natural resources around an international agency with effective powers for maintaining the integrity of the biosphere in the long term.

Keywords: Green Politics, Ecodevelopment, Sustainability

1 INTRODUÇÃO

O ser humano vem desde a pré-história alterando seu meio ambiente local. Até a revolução industrial, estas alterações ambientais provocadas pelos seres humanos não estavam causando nenhum distúrbio no ecossistema terrestre. Desde então a concentração de gases antropogênicos como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) na atmosfera aumentaram drasticamente¹ fazendo com que a temperatura média global subisse a níveis alarmantes (IPCC, 2007).

Ao mesmo tempo, a radiação ultravioleta aumenta com o persistente desgaste que a camada de ozônio vem sofrendo devido à utilização de clorofluorcarbono (CFC). Além disso, os seres humanos estão atualmente utilizando cerca de 40% de toda a biomassa terrestre, afetando a maioria dos outros seres vivos. Com isso aumentou-se a taxa de extinção em mais de mil vezes, fragilizando a vida silvestre. Cerca de um quarto de todos os mamíferos, aves e anfíbios estão ameaçados de extinção. Os registros fósseis relatam cinco ciclos de extinções em massa. Este é o sexto ciclo da história, sendo esta a primeira vez que uma única espécie causa a extinção em massa de outras (Biermann, 2005, p. 3).

Pesquisas indicam que o sistema terrestre inteiro opera “bem longe do estado normal exibido nos últimos 500.000 anos”, e que esta atividade “pode inadvertidamente causar sérias consequências para o meio ambiente e habitat da Terra, modificando potencialmente o sistema terrestre para um modo de operação que pode ser irreversível e inóspito para humanos e outras formas de vida (ESSP, 2001, p.1)”.

A atual e dominante maneira de pensar a relação homem-natureza está equivocada. A visível e exponencial degradação ambiental do

mundo contemporâneo colocou em xeque a manutenção das tradicionais estruturas humanas. É neste contexto que, pregando uma revolução completa em todo o fazer humano, surge o que talvez seja o mais novo paradigma das relações internacionais: a *Política Verde*².

Esta corrente marginalizada do pensamento científico contemporâneo tem suas bases em um significativo movimento político que emerge a partir da década de 1970 em diversos países. Grande parte dos textos, conceitos e práticas dos verdes contém uma refinada análise das dinâmicas de toda a lógica de funcionamento e estruturação da sociedade mundial em sua relação com a natureza e visões normativas preocupadas em reestruturar radicalmente a relação dos seres humanos entre si e com o planeta.

Este artigo objetiva analisar os principais conceitos e ideias que constituem o paradigma da ‘política verde’ dentro das Relações Internacionais. Assim, serão analisados os principais pressupostos que compõem este corpo teórico emergente, por meio de uma detalhada análise bibliográfica de seus principais interlocutores.

Basicamente, a discussão teórica deste artigo se centra em torno dos principais elementos constituintes deste vasto movimento interdisciplinar. Em primeiro lugar será percorrido acerca da necessidade de unificação do campo de pesquisa ambiental em torno da teoria sistêmico-complexa. Em segundo lugar será mapeado o espectro de crítica ao modelo capitalista utilitarista-reducionista preconizado pelos verdes.

Na sequência serão analisados conceitos chave para esta nova teoria das relações internacionais, como ecocentrismo, a necessidade de impor limites ao crescimento para não extrapolarmos a resiliência socioambiental da biosfera e gestão de recursos naturais. Por último será tratado da necessidade de se estabelecer legitimamente uma agência internacional com competências efetivas para a

¹ A concentração global de dióxido de carbono desde a era pré-industrial aumentou de aproximadamente 280 ppm (partes por milhão) para 379 ppm em 2005. Sendo assim, excede a taxa natural dos últimos 650.000 anos que foi entre 180 e 300 ppm determinada por estudos nas geleiras árticas. A concentração global de metano aumentou desde a era pré-industrial de aproximadamente 715 ppb (partes por bilhão) para 1774 ppb em 2005, o que excede a taxa natural dos últimos 650.000 anos que foi entre 320 e 790 ppb. A concentração global de óxido nitroso aumentou desde a era pré-industrial de aproximadamente 270 ppb para 319 ppb em 2005.

² Diversos autores utilizam diferentes nomenclaturas para designar este paradigma, embora geralmente se encontrem centrados em torno de pressupostos comuns: Ignacy Sachs (2007) utiliza o termo Ecosocioeconomia; Paulo Freire Vieira (2007) prefere Ecodesenvolvimento; Matthew Paterson (2005), falando especificamente de teoria de relações internacionais utiliza a alcunha “Green Politics”, cuja tradução para o português é a escolha para o desígnio neste estudo.

manutenção da integridade da biosfera em longo prazo.

2 – O CAMPO AMBIENTAL SISTÊMICO-COMPLEXO INTERDISCIPLINAR

A gravidade dos problemas evidenciados pela questão ambiental, assim como suas projeções socioeconômicas e políticas, está evidentemente limitando os estudos para diagnosticar as raízes dos problemas, para prevenir, ou para desenvolver políticas que detenham e revertam a deterioração de nosso meio. Para os ‘verdes’ (Morin, 2000; Sachs 2007; Dupuy, 1980; Bunge, 1989; Garcia, 1994; Vieira, Berkes & Seixas, 2005; Jolivet & Pavé, 1997), uma das limitações tem como fonte a fragmentação ilegítima dos problemas. A maioria dos estudos é setorial, restritos ao âmbito de uma determinada disciplina. Quando ocorrem estudos multisetoriais é, geralmente, composto pela simples adição de diversos estudos sem levar em conta os elementos sistêmicos dos processos relacionados à questão ambiental. Outra grande limitação diz respeito aos marcos-teóricos e conceituais de diferentes disciplinas, onde se faz necessário reformulá-los, estendendo seu domínio de aplicação.

Uma conceituação adequada da questão ambiental necessariamente requer uma análise sistêmico-complexa, que encare a realidade sob uma ótica ampla, multidimensional, interdisciplinar e interpretativa da situação orientada por uma normatividade extradisciplinária de conteúdo sociopolítico, arquitetado sobre sistemas de valores de uma nova forma de desenvolvimento em novos projetos de sociedade e de estilos de vida (Morin, 1995, 2000; Morin e Kern, 2000; Viera, 1993, 1995, 1998; Vieira e Ribeiro 1999; Prigogine, 1996; Dansereaus, 1973), englobando os elementos necessários das diferentes esferas e disciplinas que envolvem o objeto de estudo para vislumbrar estratégias que afetem o sistema em sua plenitude.

Para isso afirmam ser necessário uma re-invenção deste campo da ciência, não necessariamente abandonando metodologias clássicas, mas as ultrapassando com melhores modelos de análise que, mesmo de maneira mais incerta e incompleta, permitam compreender o todo de uma maneira mais efetiva do que o ‘paradigma da simplificação’³.

³ Para Morin (1995) isso seria possível com uma abertura epistemológica substituindo o

Para Jolivet e Pavé (1997), até recentemente a abordagem no que diz respeito a questões ambientais vinham sendo pragmáticas, ou seja, várias operações de pesquisa foram efetuadas sobre diferentes temas a partir de sua identificação, tanto em termos globais ou de maneira mais específica. Devemos nos apoiar sobre a base de saberes e técnicas já acumulados por todas as ciências relacionadas ao meio ambiente - a ecologia, a biologia, a física, a química, a matemática, as ciências do universo, a sociologia, a ciência política, as relações internacionais, a antropologia, a economia, a geografia, a história, a filosofia, a estatística, as engenharias, a oceanografia, dentre outros, - de maneira interdisciplinar e de caráter sistêmico e planetário no entorno de uma convergência paradigmática ao redor de uma disciplina especializada no meio ambiente como um todo (Vieira e Weber, 2000).

Conforme estes autores, para os verdes, neste processo é necessário participar nos grandes programas internacionais expondo a dimensão planetária dos problemas ambientais e favorecendo o desenvolvimento de uma ciência de vanguarda acerca da problemática fundamental dos tempos contemporâneos, não se esquecendo de se atentar para um processo cumulativo de problematização científica através de um esforço de explicitação e avaliação recorrentes do ponto de vista fundador deste novo campo. Isso deve ocorrer de forma a permitir que o processo de integração deste último possa se efetivar de maneira controlada, permitindo assim, a confrontação de disciplinas e métodos, se desenvolvendo métodos adequados para considerar o meio ambiente planetário com todo o rigor necessário.

Os principais problemas identificados para o desenvolvimento deste novo campo ambiental diz respeito à análise das relações entre os diferentes níveis de integração espacial e temporal; no enfoque sistêmico, na modelização, na instrumentação e nos dispositivos experimentais; na interdisciplinaridade, particularmente aquela a ser cultivada entre as ciências naturais e as ciências sociais (Vieira e Weber, 2000).

Para que isso se torne uma realidade, é necessária uma mudança radical da relação dos seres humanos com o planeta e de como nos

paradigma da disjunção/redução/unidimensionalização pela distinção/conjunção/multidimensionalização que permita distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir.

relacionamos entre si, passando fundamentalmente pelos sistemas educativos em um ensino baseado em crítica e inovações confrontando a mera reprodução de sistemas de pensamentos inadequados frente a real complexidade desta temática (Villaverde, 1997).

3 CRÍTICA AO CAPITALISMO E AO MODELO ANALÍTICO-REDUCIONISTA-UTILITARISTA

A lógica mundial implantada pelo capitalismo atingiu certos limites com relação ao seu meio (o planeta Terra). O modo de produção ocidental, afirma Dupuy (1980, p. 18-19) em suas críticas, é incompatível com a sobrevivência de todo o planeta, pois deu

origem a desperdícios, degradações do meio ambiente e fez aparecer raridades com as quais o capitalismo deve contar daqui em diante. A água e o ar eram bens abundantes e gratuitos. (...) É preciso hoje reproduzir o ar e a água, quer dizer, reciclá-los, e isso custa caro.

Este autor fundamenta suas críticas no que diz respeito a esta questão fundamental acerca da sobrevivência da humanidade no planeta Terra. Mais precisamente que a espécie Homo Sapiens está cada vez mais ameaçada de extinção, principalmente se mantiver os padrões exponenciais de crescimento econômico, e subsequente degradação ambiental provocada pela atual lógica social.

“A evidência é irrecusável. O modo de vida do Ocidente industrial não é generalizável, pois as suas vantagens bem relativas só existem reservadas a uma pequena minoria. Se todo o mundo as aproveitar, será a catástrofe geral” (Dupuy, 1980, p. 28). Outras críticas apontadas por este autor ao modo ocidental de viver dizem respeito: ao fetichismo das forças produtivas e sua lógica de reprodução social e da economia⁴; ao modo de produção industrial e suas ferramentas⁵; e ao Estado e à heteronomia política⁶.

⁴ Cf. “[o] desenvolvimento das forças produtiva capitalista repousa na inveja, no ciúme, no despeito, no ódio, atizados pelas desigualdades. É a guerra de todos contra todos” (Dupuy, 1980, p. 30).

⁵ Cf. “... quanto mais cresce a produção heterônoma, mais ela se torna um obstáculo à realização dos objetivos a que, segundo se cuida ela serve; a medicina destrói a saúde, a escola

É possível identificar uma “escalada da ‘violência estrutural’ (...) que acompanha, em escala planetária, a proliferação de um estilo de vida no qual ‘o valor de tudo, incluindo os próprios seres humanos, pode ser calculado em dinheiro” (Vieira, 2007, p. 22). Ainda que para suplantar este modelo perverso de desenvolvimento humano e com isso delinear

‘estratégias de desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado’ (...), só acontecerá na medida em que formos capazes de superar a hegemonia alcançada atualmente pelas doutrinas neoliberais, ao lado de outras abordagens de planejamento e gestão que primam pelo viés analítico-reducionista e pela multiplicação de intervenções remediais, pontais e fragmentadas (Vieira 2007, p.20).

Este perverso ‘viés analítico-reducionista’ pode ser entendido por suas quatro características básicas:

(1) que considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como ‘recursos’ ou ‘capitais’, visando impulsionar o desenvolvimento; (2) que exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual; (3) que desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referentes às assimetrias Norte-Sul; e (4) que confunde o desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (Andion, Serva & Lévesque, 2006, p. 204).

Esta prática de violência estrutural do capitalismo e de seu modelo utilitarista-reducionista é a principal causa para a atual crise socioambiental. Em contraposição a esta lógica preponderante de norteameritismo teórico, os verdes bebem da fonte da principal corrente teórica anti-economicista, a partir da noção de

emburrece, o transporte imobiliza e as comunicações ensurdecem e emudecem” (Dupuy, 1980, p. 34)

⁶ Cf. “[o] marxismo histórico, institucionalizado, resultou no reforço do Estado e não em sua extinção” (Dupuy, 1980, p. 36)”.

economia substantiva de Karl Polanyi⁷, transcrevendo o movimento de redefinição da economia ligados ao Movimento anti-utilitarista das Ciências Sociais - MAUSS e às correntes da Nova Economia Social e Solidária embutindo propostas de redefinição dos pressupostos neoclássicos predominantes face aos desafios da modernidade relacionados à crise socioambiental. Os partidários deste paradigma ainda afirmam que seria necessário suplantar esta lógica por novas abordagens analíticas, mais voltadas à práxis, a um tipo de desenvolvimento de baixo para cima, que contemple a escala local e global e que considere a interdependência entre os sistemas sociais e os ecossistemas.

4 – CONCEITUALIZANDO A POLÍTICA VERDE

Para conceituar a política verde é fundamental compreender que teorias dentro deste paradigma tratam de um novo tipo de desenvolvimento, baseado na lógica seres humanos-em-ecossistemas. Ou seja, o meio ambiente induz certos efeitos sobre os seres humanos e sobre as atividades humanas ao mesmo tempo em que os humanos afetam seu meio (Figuras 1 e 2). Isso ocorre porque o binômio sociedade-natureza é na verdade parte de um grande sistema – o sistema socioambiental – que por sua vez contém diversos subsistemas (Figura 3). Diferentes práticas sociais levam a diferentes resultados com relação à dinâmica ecossistêmica (Figura 4)

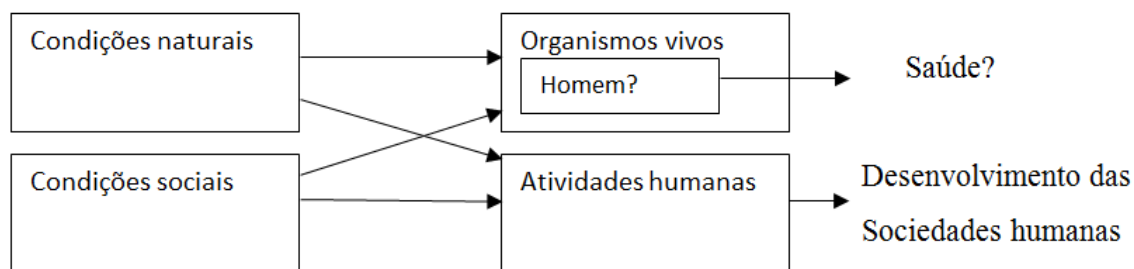


Figura 1: Efeitos do meio ambiente sobre os seres vivos e as atividades humanas.

Fonte: Jollivet e Pavé (1997, p. 61)

⁷ Autor de ‘A grande transformação’ de 1944, Polanyi destaca as relações entre economia, sociedade e cultura em uma proposta teórica diferenciada às correntes dominantes do pensamento econômico vigente.

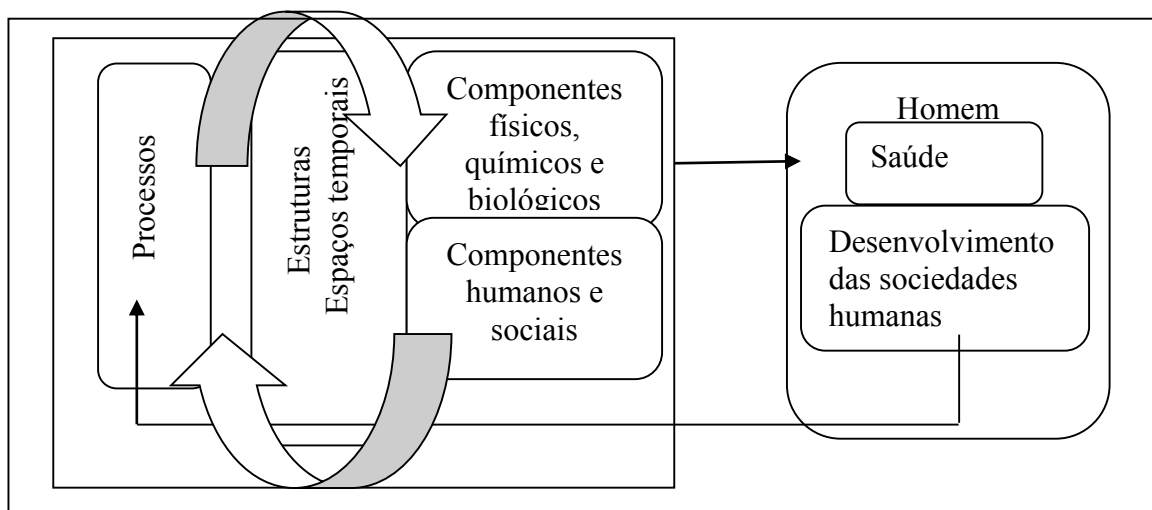


Figura 2: Esquema que ilustra a definição provisória de meio ambiente

Fonte: Jollivet e Pavé (1997, p. 63)

SISTEMA BIOLÓGICO	SISTEMA ECONÔMICO	SISTEMA POLÍTICO	SISTEMA CULTURAL
Meio Ambiente	Agricultura e Pecuária	Governo	Comunidade Científica
	Finanças e Comércio	Agremiações Políticas	Artistas
	Mineração e Manufatura	Massa dos Cidadãos	Professores
SISTEMA SOCIOAMBIENTAL			Tecnologistas
			Trab. Ciências Humanas
			Todos que tem acesso

Figura 3: O sistema socioambiental

Fonte: adaptado de Jollivet e Pavé (1997, p. 64)

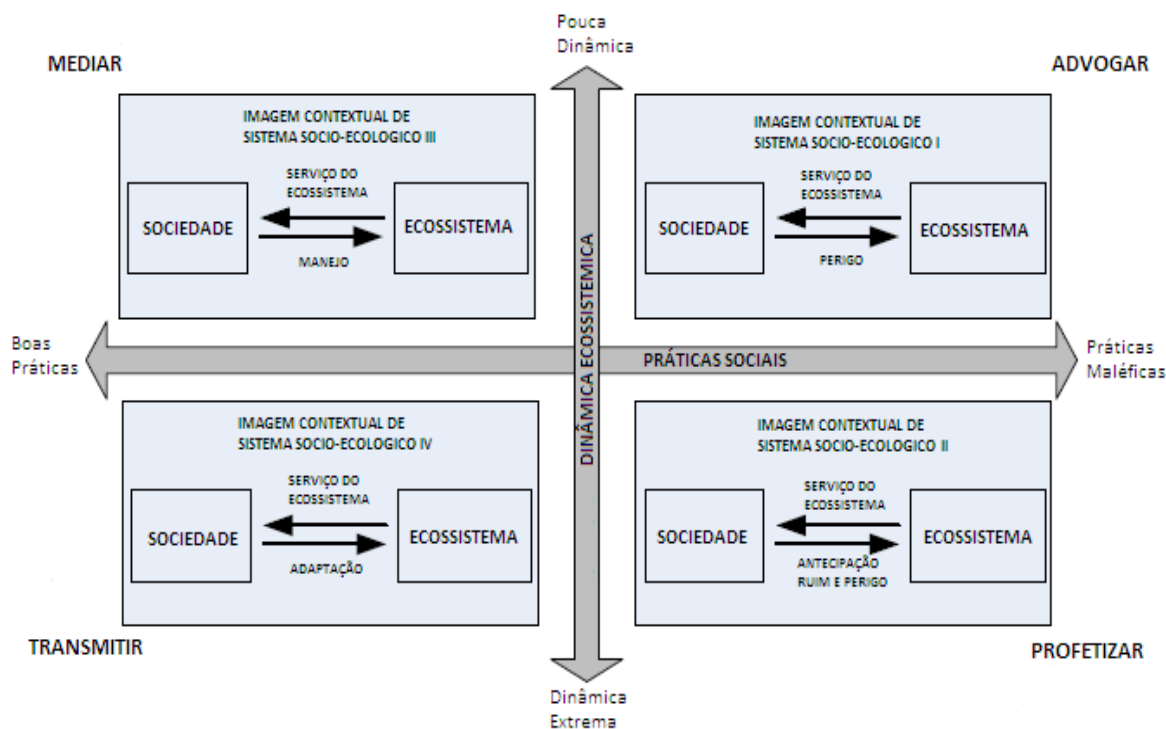


Figura 4: Imagens contextuais de sistemas sócio ecológicos em suas práticas sociais com relação à dinâmica ecossistêmica

Fonte: Adaptado de Frantzeskaki et al. (2010)

Em ordem de estabelecer, conjuntamente, um novo estilo de desenvolvimento e um enfoque teórico e participativo da gestão e planejamento social, baseada em postulados éticos bem definidos dentro de uma lógica preventivo-adaptativa, nos moldes da pesquisa-ação de corte sistêmico, ou do enfoque de gestão integrada e participativa de recursos matérias de uso comum, é proposto pelos verdes um novo princípio de racionalidade social – o conceito de ecodesenvolvimento (Sachs, 2007; Viera, 1993, 1995, 1998; Vieira e Ribeiro 1999; Bunge, 1989).

Ecodesenvolvimento emerge ao mesmo tempo um novo ‘estilo’ de desenvolvimento e um novo enfoque (participativo) de planejamento e gestão, norteado por um conjunto interdependente de postulados éticos, a saber: ‘atendimento de necessidades humanas fundamentais’ (materiais e intangíveis), promoção da ‘autoconfiança (*self-reliance*)’ das populações envolvidas e cultivo da ‘prudência ecológica’. (...) Em nome de uma diretriz ‘preventiva-

adaptativa’, alimentada pela pesquisa de sistemas complexos, seus adeptos apontavam as limitações constitutivas das tradições ‘racional-compreensiva’ e ‘instrumental-disjuntiva’ na teoria do planejamento (...) este novo ‘princípio de racionalidade social’ distingue-se do padrão usual de tratamento ‘ex post’ de sintomas isolados da crise socioambiental. (Vieira, 2007, p.12).

Desta forma, as ações voltadas para uma transformação dos estilos de vida visando a redução dos níveis de consumo supérfluo e de desperdício de recursos essenciais por parte das minorias ricas, assim como a cobertura universal das necessidades básicas da maioria pobre e socialmente excluída “vêm sendo assumidas pelos intérpretes do enfoque de ecodesenvolvimento a variável mais importante a ser levada em conta e, ao mesmo tempo, a mais difícil de se manejar no campo do planejamento e da gestão” (Vieira, 2007, p. 16).

Esta corrente trata de enfrentamentos da crise planetária, além da redefinição dos estilos de

desenvolvimento acentuando o caráter interdependente, globalizado e multidimensional e almejando uma maior endogeneidade, participação e integração das dinâmicas de desenvolvimento humano, conciliando os interesses socioecológicos. A política verde, como o ecodesenvolvimento, tem algumas características fundamentais que embasam toda sua lógica: uma negação do antropocentrismo; a urgência em estabelecer limites à atividade humana antes que ultrapasse a resiliência socioambiental; e a necessidade de descentralização das atividades políticas para as comunidades, desenvolvendo uma democracia plena.

4.1 – ECOCENTRISMO

A lógica dominante trata a natureza como um fornecedor infinito de recursos físicos para ser utilizado em prol do benefício humano, e como um ralo infinito para os dejetos e outros agregados produzidos pelo desenvolvimento e consumo de todos estes benefícios, na forma de degradação e poluição. Ou seja, a economia está desprendida da natureza, e existe uma crença profunda no progresso e desenvolvimento tecnológico. A “natureza é vista (...) como existindo para o benefício instrumental da humanidade, para ser explorada, manipulada, usurpada, modificada, e até ‘enganada’ em qualquer maneira que possa melhorar a qualidade material da vida humana” (Colby, 1992, p. 10).

De acordo com este autor, esta visão é extremamente antropocêntrica e diz respeito de maneira comum tanto em economias capitalistas quanto em economias planejadas e centralizadas de cunho marxista. A utopia de que a tecnologia possa de maneira infinita mitigar os problemas ambientais, pregada por esta lógica equivocada, mas dominante, está sofrendo sérios problemas devido à progressiva percepção de que os recursos estão ficando cada vez mais escassos, e assim, a economia deve sofrer alterações para incorporar estes processos de natureza ecológica.

Um ponto comum e central ao pensamento de política verde é a rejeição desta ética antropocêntrica em favor de uma perspectiva ecocêntrica. Para Eckersley (1992, p. 49), ecocentrismo envolve uma visão de mundo ontologicamente composta por “inter-relações” no lugar de entidades individuais onde todos os seres estão “imersos em relações ecológicas” (p. 53).

Consequentemente, não existiriam critérios convincentes para fazer uma distinção entre elementos humanos e não humanos (Eckersley, 1992, p. 50). Assim, humanos não estão livres para dominar o resto da natureza. Esta perspectiva reconhece a amplitude dos interesses

humanos em todo o mundo não humano, oposto simplesmente ao uso instrumental, reducionista dos interesses econômicos dos recursos, ao mesmo tempo em que também perfilha os interesses da comunidade não humana.

Outra característica básica diz respeito a uma solidariedade sincrônica e diacrônica de nosso modo de fazer humano, ou seja, reconhece os interesses da geração atual, das futuras gerações de humanos e não humanos. Finalmente, adota uma posição holística no lugar de atomista do mundo – valoriza as populações, espécies, ecossistemas e a ecossfera como um todo (Eckersley, 1992, p. 46). Assim, é possível dizer que um tratamento radical da ética envolvida o relacionamento entre humanos e o resto da natureza é uma parte essencial do pensamento dos verdes.

4.2 – LIMITES AO CRESCIMENTO

Kothari (1990) afirma que estamos vivendo num período de profundas transformações que estão englobando e conectando diversas regiões, culturas, e ecossistemas em um grande empreendimento comum, e que neste processo alimentando novos conflitos numa escala sem precedentes. O fim do colonialismo, a explosão demográfica, a urgência do problema econômico-financeiro mundial, o sentido que os recursos naturais estão se esgotando e se tornando cada vez mais raros, no lugar de prosperidade para todas as pessoas e sociedades.

Existe hoje, um grande cisma econômico que está dividindo o planeta em extremos de afluência e depravação, com concentrações de pobreza, escassez e desemprego num vasta parte, e superabundância, superprodução e superconsumo em uma muito mais reduzida parte. Para Kothari (1990) é evidente que tem algo muito errado com o modo básico de vida que a humanidade criou na idade moderna, e que as consequências futuras da ação no presente nunca representaram uma relevância moral e urgência como se apresentam hoje.

Criamos um sistema onde estamos sacrificando as chances de vida das futuras gerações em nossa própria gratificação do presente. Isto já foi o oposto, principalmente em comunidades tradicionais. Para este autor, sustentabilidade não pode ser realizada por indivíduos que só pensem em curto prazo, é necessário olhar e tirar importantes lições dos valores de culturas que trabalharam pelas gerações que ainda estão por vir.

A humanidade tecnológica ocidental acumulou riqueza em detrimento do direito de outros em compartilhar a abundância natural. Estes

outros incluem comunidades marginais, futuras gerações e outras espécies. Uma sustentabilidade real reside em uma democracia de toda a vida, no reconhecimento que seres humanos não são mestres, mas membros da família Terra.

Para que seja possível “implementar uma estratégia de desenvolvimento comprometida com a prudência ecológica e justiça social, ‘impor-nos voluntariamente ‘um teto de consumo material’ procurando gratificação em esferas não-materiais da vida e desse modo enfatizando a dimensão cultural da natureza humana” (Layrargues, 1997, p. 8) seria fundamental. Nesta linha de argumentação, a tarefa mais urgente do pensamento democrático é a de pensar as mediações que possam convir a uma sociedade moderna. (...) A questão das mediações, vale dizer das instituições, é tanto mais urgente que se coloca o problema dos limites. (...) ... a crise ecológica deixa a escolha somente entre dois cenários: o ecofascismo, ou seja, limites impostos por uma tecnocracia esclarecida pelas ‘Leis’ da ecologia; ou então, a autolimitação de uma sociedade consciente e responsável. (...) Nessas condições, radicalmente novas na história da humanidade, os limites que grupos humanos responsáveis e conscientes deverão se impor a si próprios se eles querem *ser*, isto é, se querem ser diferentes, tem a propriedade paradoxal de ser ao mesmo tempo necessários e arbitrários” (Dupuy, 1980, p. 99-100).

Dobson (1990) sugere que, no que diz respeito aos limites do crescimento, há três importantes argumentos para defender que o crescimento infinito (nos moldes do capitalismo existente) é impossível em um sistema finito (como nosso planeta Terra). Primeiramente, que soluções tecnológicas não funcionarão – elas podem postergar a crise, mas não poderão preveni-la de ocorrer em algum momento. Em segundo lugar, a natureza exponencial de crescimento significa que “perigos armazenados por um período de tempo relativamente longo podem subitamente ter um efeito catastrófico (p. 74)”. O terceiro ponto diz respeito à inter-relação dos problemas socioambientais e da necessidade de abarcar a problemática em sua totalidade.

Elaborando nesta mesma linha teórica, Vieira, Berkes e Seixas (2005, p.15-16) afirmam que:

[d]aqui em diante, a superação das limitações do pensamento linear deverá nos exigir mais lucidez na aceitação das incertezas inescapáveis que cercam a dinâmica dos sistemas socioecológicos, implicando o abandono de enfoques de planejamento e gestão centrados na expectativa de retorno a supostos ‘pontos de equilíbrio’, (...) admite-se que os sistemas complexos se organizam em torno de um dentre vários possíveis ‘estados de equilíbrio’, (...) esta condição vem sendo elaborada por meio da categoria chave de ‘resiliência’ – uma propriedade ‘emergente’ de sistemas complexos que diz respeito, de forma simplificada, à ‘plasticidade’ ou capacidade de absorção de distúrbios e adaptação a ‘surpresas’. Ela implica a superação da acepção usual atribuída a noção de controle: o meio ambiente deve ser gerido não em função da quantidade de recursos que ele é capaz de produzir, mas da necessidade de – preventivamente – manter ‘em boa saúde’ os processos ecossistêmicos, preservando-se ao máximo possível sua diversidade, variabilidade, flexibilidade e adaptabilidade.

4.3 – GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS

O debate suscitado a partir de evidências cada vez mais claras dos ‘limites do planeta Terra’, ou dos ‘limites do crescimento material’ impulsionado pela ideologia economicista de um capitalismo desenfreado, baseado no crescimento irrestrito dos mercados gerou uma transformação global (inovações no direito, nas estratégias dos mercados, na gestão governamental, nas relações internacionais, na organização da sociedade civil profissional ou militante) e alimentou um novo campo de pesquisa inter e transdisciplinar focalizadas a partir de uma perspectiva radicalmente diferente do que vinha sendo feito. Assim, emerge o conceito de gestão de recursos naturais sob uma perspectiva não dual analítico-reducionista. (Cf. p. ex Vieira, Berkes e Seixas, 2005)

Para Vieira, Berkes e Seixas (2005, p. 27) “a ‘gestão de recursos naturais’ ocupa um papel determinante no processo de regulação das inter-relações entre os sistemas naturais e sociais no longo prazo”. Infelizmente, grande parte das análises acerca da gestão de recursos naturais, como as florestas, os oceanos, a água potável, dentre outros, deixam à margem o lado funcional da gestão que deve ser enfatizada como um processo contínuo de resolução de problemas, pois se baseiam em uma imagem ideal do Estado como algo monolítico, e negligenciam o fato de que não só as comunidades, mas o Estado tem muitas facetas e que assim, dificilmente pode ser entendida como uma interação de um Estado unitário e uma comunidade homogênea.

Ou seja, tem problemas em capturar a complexidade, variação e natureza dinâmica dos sistemas contemporâneos de governança. Isso porque, na realidade, geralmente estão em jogo inúmeros interesses locais e múltiplas agências governamentais. a gestão de recursos naturais é um tipo de arranjo institucional deliberativo de compartilhamento de poder, com conexões transescalares (horizontal e vertical) entre dois estratos – o estado, ou o governo e uma comunidade de usuários – vistos de maneira complexa, com competências e responsabilidades para os dois estratos (Vieira, Berkes & Seixas, 2005).

Assim, segundo estes autores, pesquisas sistêmicas acerca desta temática devem preferencialmente focalizar em como as responsabilidades gerenciais estão organizadas e distribuídas, concentrando nas funções em detrimento da estrutura formal do sistema. Com isso, o compartilhamento do poder é o resultado do processo, e não o início de seu processo. Ou seja, a gestão de recursos naturais deve ser conceituada em termos de alguns arranjos distributivos de poder entre o Estado e uma comunidade de usuários dos recursos.

Ainda que, entre diferentes sistemas de gestão existam diferentes graus de descentralização que se baseiam nas trocas de informações e capacidades adaptativas dos diferentes atores envolvidos no processo, almeja-se trazer o poder de decisão do nível federal para um nível mais próximo da comunidade, formando, assim, teias de cogestão que por sua vez formam sistemas de governança (Carlsson & Berkes, 2005).

Estas pesquisas relacionadas à gestão de recursos naturais são geralmente utilizadas em prol de facilitar a função de designação de tarefas e intercâmbio de recursos; para conectar diferentes tipos e níveis organizacionais; para reduzir os riscos e os custos de transação; e para promover a evolução de mecanismos de manejo de conflitos

por uma análise aprofundada dos padrões de interação entre os atores envolvidos nos processos de gestão de recursos comuns.

5 – POLITIZANDO A BIOSFERA

A gestão ambiental e o seu relacionamento com o desenvolvimento humano estão em uma temporada de mudanças profundas. O mundo percebeu o perigo e assim, as sociedades humanas estão começando a ter sérias discussões sobre o ‘desenvolvimento sustentável’, onde a sobrevivência humana e bem-estar da biosfera dependem do sucesso em elevar-nos a uma nova ética global holística onde crescimento econômico e proteção ambiental caminhem lado a lado com o mundo. Ou seja, é imperativo que façamos julgamentos morais adequados acerca da maneira que interagimos com o meio ambiente e na direção que o desenvolvimento contemporâneo deva ocorrer rumo a uma melhor forma de comportamento e de viver na Terra.

Atualmente, a ética se torna uma preocupação cada vez maior no que diz respeito à conservação ambiental e ao desenvolvimento do mundo. Engel (1990) demonstra como conceitos historicamente concebidos no âmbito das organizações internacionais e intergovernamentais (ONU, IUCN, FAO, WCS) tem como objetivo elevar o desenvolvimento a uma nova ética global – noções presentes em diferentes tratados intergovernamentais como justiça social, responsabilidade ambiental, solidariedade humana, dignidade humana, respeito mútuo, paz, liberdade, patrimônio comum da humanidade – ainda que, de maneira incipiente, gradual e retórica.

Nesta linha, os valores morais e cognitivos de uma cultura servem de maneira crucial à maneira que sociedades humanas se adaptam ao meio e que tipo de relações econômicas e políticas eles mantém e que isso pode ser evidenciado por uma crescente consciência de que teorias sobre o desenvolvimento sustentável devem variar de acordo com o patrimônio cultural e as tradições religiosas de cada uma das diferentes sociedades, além de uma consciência de como os valores culturais modernos têm destruído padrões sustentáveis de uso da terra e de recursos (Engel, 1990).

Para este autor, uma reforma efetiva da perversa lógica que permeia nossa existência deve abarcar criteriosamente cinco pontos essenciais:

- a) integração entre conservação e desenvolvimento;
- b) satisfação das necessidades humanas básicas;

c) alcançar equidade e justiça social;

d) prover as bases para a auto-determinação social e para a diversidade cultural;

e) manutenção da integridade ecológica.

Ou seja, não adianta fazer mudanças pontuais no sistema internacional – o modelo inteiro de desenvolvimento industrial moderno deve ser questionado e suplantado por outro menos abrasivo ao meio. Assim, seguindo nesta linha de argumentação, Bunge (1989, p.296) propõe a adoção de uma “agência internacional com autoridade efetiva no manejo da biosfera” acima das soberanias nacionais junto com uma “revolução pacífica” realmente radical para fazer frente ao desafio de equalizar os desejos e aspirações humanas com a biosfera.

Ou seja, “[s]ubstituir a exploração descontrolada da natureza com o manejo científico em prol de todos os seres vivos exceto os parasitas e os germes patogênicos. Por isso, “modelar uma política intervencionista, todavia prudente, objetivando a preservação da biosfera, incluindo nós mesmos”. E ainda que, “[p]ara por fim a delinquência ecológica é necessária que a política ecológica seja suplementada pela política social. Devemos intervir não somente na natureza, mas também na sociedade se queremos preservar a biosfera e a nossa progênie” (Bunge, 1989, p.294-295). Nas palavras do autor,

como a biosfera cobre todo o planeta, se almejamos manejá-la para prevenir sua contínua deterioração, além de restaurá-la tanto quanto possível, nós necessitamos desenhar, criar e por em prática uma agência internacional endossada de autoridade efetiva no manejo da biosfera, (...) acima das soberanias políticas nacionais (...). Agora, [isto] seria impossível a não ser que seja acompanhada por profundas mudanças sociais e globais. Estas mudanças devem ser tantas, e tão radical, que seria mais adequado falar de uma ‘revolução pacífica’ em todos os sistemas sociais artificiais (...) poderíamos falar em algumas reformas necessárias para salvar a humanidade de seu aniquilamento: 1) Total desarmamento nuclear (...); 2) Gradual paralisação de todas as usinas nucleares (...); 3) Resolução final a todas as aspirações de

dominação mundial (...); 4) Busca a uma distribuição mais equitativa dos mais ricos do mundo entre todos os países (...); 5) Internacionalização de todos os recursos não renováveis, e regular sua exploração (...); 6) Rigorosa regulação do desenvolvimento industrial (...); 7) Controle de natalidade (...); 8) Melhorar o sistema educacional (...); 9) Favorecer uma participação pública mais intensa do desenvolvimento de ecosistemas regionais e internacionais (...); 10) Adaptar inovações técnicas as reais necessidades de ecosistemas” (p. 296-298).

Esta agência internacional cuidaria para que reformas sociais fossem implantadas para impedir que a humanidade se aniquile (desarmamento nuclear total e irrestrito, internacionalização de todos os recursos naturais não renováveis, rigorosa regulação do desenvolvimento industrial, controle da taxa de natalidade, adaptar novas tecnologias em prol do ecosociodesenvolvimento) e embutindo nos seres humanos uma nova moralidade baseada em preceitos como “[a]proveite a vida e ajude a vida”, “[a]jude a preservar o meio ambiente” e “[a]jude a paz nuclear” além de direitos e deveres. Isso permitiria programar uma nova lógica sistêmica de toda a existência humana na Terra, de maneira gradual, que levaria mais de uma geração (Bunge, 1989, p. 299).

Medidas como a “[a]bstinência de carne é apenas um dos componentes de uma longa lista de proibições que devemos adotar para salvar a biosfera e melhorar nossa qualidade de vida: evitar bebidas alcoólicas, tabaco, drogas que dão prazer momentâneo, mas prejudicam a saúde, comprar por compra, bem como dirigir carros e consumir lixo”. Em suma, “a alternativa não é nem desenvolvimento nem preservação do meio ambiente, mas continuar em curso ao desastre derradeiro ou melhoria da qualidade de vida em e pelo ecosociodesenvolvimento” (Bunge, 1989, p. 299-303).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da ‘política verde’ aqui abordado trata do desenvolvimento de um paradigma, de um programa de pesquisa específica acerca do meio-ambiente, de uma ciência própria dos problemas ambientais vistos em caráter planetário, de uma ciência da sustentabilidade, de uma ciência ambiental, de uma ciência planetária,

de uma ciência de caráter sistêmico interdisciplinar que regule a ação dos seres humanos em seu meio. Com relação aos paradigmas das Relações Internacionais, este marco teórico compartilha uma série de elementos em comum com outras tradições críticas, principalmente no que diz respeito aos seus elementos normativos.

Mesmo assim, merece ser colocada como uma teoria distinta das tradicionais maneiras de pensar a sociedade internacional principalmente: pelo foco nas relações entre a humanidade e a natureza necessariamente estarem conceituadas sob uma perspectiva sistêmico-complexa de uma ética ecocêntrica; pelas suas recorrentes críticas ao capitalismo existente e sua maneira analítico-reducionista-utilitarista de encarar o mundo; pela necessidade de transformar a maneira com que os

indivíduos, empresas e organizações se relacionam e vivenciam a vida; pelo embasamento teórico e necessário de urgentemente estabelecer limites ao crescimento e à atividade humana na biosfera; pelo questionamento do modelo atual de relacionamento internacional regulado intergovernamentalmente; e da urgência em criar uma agência internacional efetiva para controlar toda a biosfera.

Assim, este breve estudo ilustra que o propósito deste intrigante modelo de análise desenvolvido pelos verdes é providenciar uma explicação para a crise socioambiental que a civilização enfrenta, além de focar nesta crise como sendo a mais importante questão que toda a humanidade jamais enfrentou, e de indicar uma saída de base normativa para tratar desta realidade nos aflige.

REFERÊNCIAS

ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B.

(2006) O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

BIERMANN, F.H.B. (2005) *Earth system governance: the challenge for social science*. 50 f. Tese (Aanvariding van het ambt van hoogleraar Milieubeleidswetenschappen aan de FALW en hoogleraar Politicologie aan de FSW van de VU). Vrije Universiteit, Amsterdam.

BUNGE, M. (1989) Development and the environment. In: E.F. Byrne e J.C. Pitt (Eds.), *Technological transformations: contextual and conceptual implications*. The Netherlands: Klüwer, pp. 285-304.

CARLSSON, L. e BERKES, F. (2005) Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environmental Management*, n.75, pp. 65-76.

COLBY, M.E. (1992) The evolution of paradigms of environmental management in development. Washington: The World Bank.

DANSEREAU, P. (1999) Uma preparação ética para a mudança global. In P.F. Vieira e M.A. Ribeiro (Orgs.) *Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre : Pallotti e APED, p. 299-372.

DOBSON, A. (1990) *Green political thought: an introduction*. Londres: Unwin Hyman.

DUPUY, J.-P. (1980) *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ESSP - EARTH SYSTEM SCIENCE PARTERSHIP (2001). *The Amsterdam declaration on global change*. Challenges of a Changing Earth: Global Change Open Science Conference Amsterdam, 10-13 Julho 2001, Amsterdam. Disponível em <<http://www.essp.org/>> Acesso em: 12 janeiro 2011.

ECKERSLEY, R. (1992) *Environmentalism and Political Theory: Towards an Ecocentric Approach*. Nova Iorque: State University of New York Press.

ENGEL, J.R. (1990) Introduction: the ethics of sustainable development. In: J.R. Engel e J.G. Engel (eds.), *Ethics of development and environment*. Tucson: The University of Arizona Press, pp. 1-23.

GARCIA, R. (1994) Interdisciplinarietà y sistema complejos. In: E. Leff. (org.), *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, pp. 85-124.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (2007). *Climate Change 2007: the physical science basis: summary for policymakers*. Genebra. Disponível em <<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg1/ar4-wg1-spm.pdf>> Acesso em: 12 janeiro 2011

- JOLLIVET, M. e PAVÉ, A. (1997). O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: P.F. Vieira e J. Weber (Org.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, pp. 53-112.
- KOTHARI, R. (1990) Environment, technology and ethics. In: J.R. Engel e J.G. Engel (eds.), *Ethics of development and environment*. Tucson: The University of Arizona Press, pp. 27-36.
- LAYRARGUES, P.P. (1997) Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, 71, p. 5-10.
- MORIN, E. & KERN, A. (2000) *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulinas.
- MORIN, E. (1995) *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MORIN, E. (2000) *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- PATERSON, M. (2005). "Green theory". In S. BURCHILL et al. *Theories of International Relations*. 3ª ed. Basingstoke/ Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 235-257.
- PRIGOGINE, I. (1996) *La fin des certitudes. Temps, chaos et les lois de la nature*. Paris: Odile Jacob.
- SACHS, I. (2007) *Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez
- VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M. A.(Orgs.) (1999) *Ecologia humana, ética e educação. A mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti e Florianópolis: APED.
- VIEIRA, P.F. & WEBER, J. (Orgs.) (2000) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- VIEIRA, P.F. (1993) Simulação por computador na pesquisa e no planejamento de sistemas ecossociais. *Revista de Ciências Humanas*, n. 10, vol.14, p. 54-70.
- VIEIRA, P.F. (1995) Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento, In: E. Viola et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p. 45-98.
- VIEIRA, P.F. (1998) *Social sciences and environment in Brazil: A state-of-the-art report*. Paris : Unesco.
- VIEIRA, P.F. (2007) Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesburgo. In: I. Sachs, *Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez (Obra organizada por Paulo Freire Vieira), pp. 9-31.
- VIEIRA, P.F., BERKES, F. & SEIXAS, C.S. (2005). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais*. Florianópolis: APED Editora.
- VILLAVÉRDE, M.N. (1997) El análisis de los problemas ambientales: modelos y metodología. In: M. Novo e R. Lara (Orgs.) *El análisis interdisciplinar de La problemática ambiental*. Madrid: UNESCO, pp. 21-59.